

COMO SE DEU A VIOLAÇÃO DO PAINEL

■ A violação do painel eletrônico do Senado começou a ser arquitetada há um ano pelos senadores José Roberto Arruda (sem partido-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no dia 27 de junho, véspera da votação do pedido de cassação do então senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

■ Arruda, que na época era líder do governo, procurou a ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Borges e, em nome do então presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, ordenou a Regina que retirasse uma cópia da lista da votação.

■ O serviço foi cumprido na madrugada do dia 28 com a ajuda de outros servidores e a lista chegou às mãos de Arruda e ACM no final do dia.

■ No meio da sua guerra com Jader Barbalho, ACM fez uma reunião com três procuradores da República. A conversa, gravada, foi publicada pela revista IstoÉ. Na conversa, Antonio Carlos disse que tinha a lista com os votos dos senadores e que Heloísa Helena votara contra a cassação de Luiz Estevão.

■ Já eleito presidente do Senado, Jader Barbalho autoriza a realização de uma auditoria no painel eletrônico. É instalada uma Comissão de Inquérito presidida pelo primeiro-secretário da Mesa, senador Carlos Wilson.

■ Depois de constatar que o painel tinha 18 pontos vulneráveis, os técnicos da Unicamp descobriram que o painel havia sido violado na véspera da votação da cassação de Luiz Estevão.

■ Diante das provas concretas, Regina Borges, confessou a fraude e incriminou Arruda e Antonio

Carlos Magalhães, chamados para depor no Conselho de Ética.

■ Em uma das sessões do Conselho, o líder do PT do Senado, José Eduardo Dutra, revelou que ACM fez comentários a respeito do voto de Heloísa Helena e conclamou os colegas a tornarem públicas as conversas a respeito da lista de votação. Nenhum senador seguiu os mesmos passos de Dutra.

■ Depois de negar em plenário o envolvimento com o episódio, os dois senadores confessaram no Conselho de Ética que tiveram participação na violação do painel. O relator do processo, senador Saturnino Braga (PSB-RJ), concluiu que houve quebra de decoro e sugeriu a cassação dos dois.

■ Um dia depois da aprovação do relatório no Conselho de Ética, José Roberto Arruda renunciou ao mandato. Dias depois, ACM seguiu o mesmo caminho. Com a renúncia, evitaram a cassação e preservaram os direitos políticos.

■ Mais uma vez começaram a surgir boatos a respeito do envolvimento de Dutra na violação do painel. Uma nova reportagem da revista Isto é afirmou que o líder do PT sabia que ACM e Arruda iriam violar o painel e que ele teve acesso à lista de votação.

■ Dutra pediu a abertura de um novo processo no Conselho de Ética para investigar a sua participação da violação do painel com base na nova reportagem da Isto é.

■ Antonio Carlos Magalhães inocentou Dutra. Ele afirmou que não existe "nada que envolva o petista no caso da fraude no painel".